

## DISSEMINAÇÃO DE *FAKE NEWS* POR AUTORIDADES POLÍTICAS: DESINFORMAÇÃO, LIBERDADE DE EXPRESSÃO E RISCOS AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO NO BRASIL

DIFUSIÓN DE NOTICIAS FALSAS POR PARTE DE AUTORIDADES  
POLÍTICAS: DESINFORMACIÓN, LIBERTAD DE EXPRESIÓN Y  
RIESGOS PARA EL ESTADO DEMOCRÁTICO DE DERECHO EN BRASIL

Ricardo Henrique Hoffmann<sup>1</sup>  
Orientadora Profa. Dra. Lenice Kelner

**RESUMO:** Esta dissertação aborda o significativo aumento relacionado a disseminação de *fake news* por líderes e agentes políticos, arrebatando apoio de considerável parcela de nossa sociedade, utilizando-se como ferramenta a *internet* onde tais conteúdos são replicados e difundidos por meio das principais redes sociais, muitas das vezes sob o verniz do direito à liberdade de expressão podem gerar graves riscos ao Estado Democrático de Direito. Assim o problema de pesquisa busca analisar em que medida a disseminação de *fake news* e desinformação, por autoridades políticas, ofende o direito à liberdade de expressão e podem ameaçar o Estado Democrático de Direito no Brasil. O método hipotético-dedutivo, aliado à abordagem qualitativa e exploratória, é utilizado para examinar o direito como política constitucional, abrangendo análise bibliográfica, estudo de legislação e exame de jurisprudência relevante, especialmente as decisões proferidas pelo Tribunal Superior Eleitoral. Na primeira parte do trabalho será abordado o direito fundamental à liberdade de expressão, suas características e previsão no texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, além de analisar os Tratados e Convenções Internacionais de Direitos Humanos que preveem à liberdade de expressão. Outro ponto abordado neste capítulo é a previsão ou possibilidade de limitação ao direito fundamental à liberdade de expressão e sua aplicabilidade prática. Na segunda parte do trabalho pretende-se trabalhar os conceitos e características do fenômeno da *fake news* e desinformação, identificar os discursos com tal conteúdo proferidos por autoridades políticas e os riscos a democracia. Na parte final, no terceiro capítulo, objetiva-se pesquisar e, bem como, fazer análise sobre as decisões paradigmáticas proferidas pelo Tribunal Superior Eleitoral relacionadas ao tema pesquisado, além de apresentar os desafios no tocante a regulação das redes sociais no presente contexto. Os resultados confirmam as hipóteses, de que a disseminação de *fake news* e desinformação por autoridades políticas se elevou a um patamar incontrolável nos últimos anos no Brasil e que a ausência de limites a liberdade de expressão fomenta a prática de *fake news* e desinformação por autoridades políticas colocando em risco o Estado Democrático de Direito.

**Palavras-chave:** *Fake news*; Liberdade de Expressão; Direitos Fundamentais; Estado Democrático de Direito;

**RESUMEN:** Esta tesis aborda el importante incremento relacionado con la difusión de noticias falsas por parte de líderes y agentes políticos, consiguiendo el apoyo de una parte considerable de nuestra sociedad, utilizando internet como herramienta donde dichos contenidos se replican y difunden a través de las principales redes sociales, muchas de ellas, que en ocasiones bajo el barniz del derecho a la libertad de expresión, pueden generar graves riesgos al Estado Democrático de Derecho. Así, el problema de investigación busca analizar en qué medida la difusión de noticias falsas y desinformación, por parte de autoridades políticas, ofende el derecho a la libertad de expresión y puede amenazar el Estado democrático de derecho en Brasil. El método hipotético-deductivo, combinado con el enfoque cualitativo y exploratorio, se utiliza para examinar el derecho como política constitucional, abarcando el análisis bibliográfico, el estudio de la legislación y el examen de la jurisprudencia relevante, especialmente las decisiones dictadas por el Tribunal Superior Electoral. En la primera parte del trabajo se abordará el derecho fundamental a la libertad de expresión, sus características y disposiciones en el texto de la Constitución de la República Federativa del Brasil de 1988, además de analizar los Tratados y Convenios Internacionales de Derechos Humanos que prever la libertad de expresión. Otro punto abordado en este capítulo es la predicción o posibilidad de limitar el derecho fundamental a la libertad de expresión y su aplicabilidad práctica. En la segunda parte del trabajo pretendemos trabajar los conceptos y características del fenómeno de las fake news y la desinformación, identificando los discursos con dicho contenido pronunciados por las autoridades políticas y los riesgos para la democracia. En la parte final, en el tercer capítulo, el objetivo es investigar y, así como analizar las decisiones paradigmáticas tomadas por el Tribunal Superior Electoral relacionadas con el tema investigado, además de presentar los desafíos en materia de regulación de las redes sociales en el contexto actual. Los resultados confirman la hipótesis de que la difusión de noticias falsas y desinformación por parte de las autoridades políticas ha aumentado a un nivel incontrolable en los últimos años en Brasil y que la ausencia de límites a la libertad de expresión fomenta la práctica de noticias falsas y desinformación por parte de las autoridades políticas. el Estado Democrático de Derecho en peligro.

**Palabras clave:** *Fake news*; Libertad de expresión; Derechos fundamentales; Estado Democrático de Derecho.

## REFERÊNCIAS

ABBOUD, Georges; CAMPOS, Ricardo. *A autorregulação regulada como modelo do Direito proceduralizado: Regulação de redes sociais e proceduralização*. In: ABBOUD, Georges, et all (Coord.). *Fake news e Regulação*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters Brasil. 2021, pp. 135-162.

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. 2 ed. São Paulo: Malheiros, 2011. 669 p. ISBN 9788539200733.

BARRETO JUNIOR, Irineu Francisco. **Desinformação como Estratégia Política: *Fake news* sobre urnas eletrônicas e o ataque permanente às instituições democráticas**. CADERNOS ADENAUER (SÃO PAULO), v. XXII, p. 39-54, 2021a.

BARRETO JUNIOR, Irineu Francisco. **Desinformação e direito na sociedade da informação.** In: **Sociedade da informação e “fake democracy”: os riscos à liberdade de expressão e à democracia constitucional.** 1ed. Andradina: Meraki, 2021b, v. 1, p. 62-78.

BARRETO JUNIOR, Irineu Francisco. ***Fake news* e Discurso do Ódio: estratégia de guerra permanente em grupos de WhatsApp.** In: ***Fake news* a conexão entre Desinformação e o Direito.** In: RAIS, Diogo (Coord.). *Fake news: a conexão entre a desinformação e o direito.* 2 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters, Revista dos Tribunais. 2022a, v. 1, p. 123-139.

BARRETO JUNIOR, Irineu Francisco. ***Fake news: Anatomia da Desinformação, Discurso de Ódio e Erosão da Democracia.*** 1. ed. São Paulo: Saraiva Expressa Jur, 2022b. v. 1. 95p.

BARRETO JUNIOR, Irineu Francisco; NASPOLINI, S. H. D. F.; PICAZIO, J. R. A.. **Ecossistema da Desinformação Política: análise dos mecanismos de disseminação da desinformação no Brasil.** In *Revista de Sociologia, Antropologia e Cultura Jurídica*, v. 8, p. 1-18, 2023.

BARRETO JUNIOR, Irineu Francisco; WALDMAN, R. L. (Org.). **Direitos Humanos, Ética e Democracia na Sociedade da Informação III. Discurso de Ódio na Sociedade em Rede.** 1. ed. São Paulo: FMU, 2022. v. 1. 214p.

BARROSO, Luna Van Brussel. **Liberdade de expressão e democracia na era digital: O impacto das mídias sociais no mundo contemporâneo.** 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 327 p. ISBN 9786555183429.

BIOLCATI, Fernando Henrique de Oliveira. **Internet, Fake News e Responsabilidade Civil das Redes Sociais.** São Paulo/SP: Almedina, 2022. p. 348. ISBN 9786556276410.

BRASIL, Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891. Rio de Janeiro. Diário Oficial da União, 1891.

BRASIL, Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934. Rio de Janeiro. Diário Oficial da União, 1934.

BRASIL, Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937. Rio de Janeiro. Diário Oficial da União, 1937.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Brasília/DF. Diário Oficial da União, 1967.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília/DF. Diário Oficial da União, 1988.

BRASIL, Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946. Rio de Janeiro. Diário Oficial da União, 1946.

BRASIL, Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. Publicado na Coleção de Leis do Império do Brasil - 1824 Página 7 Vol. 1.

BRASIL, Decreto nº. 592 de 06 de julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1992.

BRASIL, Decreto nº. 678 de 06 de novembro de 1992. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1992.

BRASIL, Decreto-Lei nº. 2.848 de 07 de dezembro de 1940. Institui o Código Penal. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1940.

BRASIL, Lei Complementar nº. 64 de 18 de maio de 1990. Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1990.

BRASIL, Lei nº. 12.965 de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2014.

BRASIL, Lei nº. 13.964 de 24 de dezembro de 2019. Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2019.

BRASIL, Lei nº. 4.773 de 15 de julho de 1965. Institui o Código Eleitoral. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1965.

BRASIL, Superior Tribunal Eleitoral. Resolução nº. 23.714 de 20 de outubro de 2022. Dispõe sobre o enfrentamento à desinformação que atinja a integridade do processo eleitoral. Brasília, DF: DJE-TSE, nº 213, de 24.10.2022, p. 1-3.

BRASIL. Superior Tribunal Eleitoral. *DJ 01/08/2023*. AIJE nº. 0600814-85, Brasília/DF, Rel. Min. Ministro Benedito Gonçalves.

BRASIL. Superior Tribunal Eleitoral. *DJ 10/12/2021*. RO nº. 0603975-98, Brasília/DF, Rel. Min. Luis Felipe Salomão.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *DJ 05/11/2009*. ADPF nº. 130, Rel. Min. Ayres Britto.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *DJ 19/03/2004*. HC nº. 82.424/RS. Rel. p/acórdão Min. Maurício Corrêa.

COMPARATO, Fabio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2019. 559 p. ISBN 9788553604098.

CONRADO, Rômulo Moreira. **A função social das liberdades de expressão: Limites Constitucionais.** Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza/CE, 2014.

CRUZ, Paulo M. **Fundamentos do Direito Constitucional.** 2 ed. Curitiba: Juruá, 2006. 303 p.

DANTAS, Bruno; SANTOS, Caio Victor Ribeiro dos. **Fake News e liberdade de expressão: contribuição para um debate necessários.** In: ABOUD, Georges, et all (Coord.). *Fake news e Regulação*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters Brasil. 2021, pp. 431-443).

EMPOLI, Giuliano da. **Os engenheiros do caos.** 1 ed. São Paulo: Vestígio, 2019. 189 p. ISBN 978-85-54126-60-5.

FAUSTINO, André. **Fake news: A Liberdade de Expressão nas Redes Sociais na Sociedade da Informação.** Laura Editorial: São Paulo/SP, 2019. ISBN 6580430257. p. 384.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional.** 42<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Forense, 2022. ISBN 978-65-5964-458-2

GONET BRANCO, Paulo Gustavo. **Resenha da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em 2022 sobre eleições.** in Anuário Iberoamericano de Justiça Constitucional, 2023, 549-561. doi: <https://doi.org/10.18042/cepc/aijc.27.18>

HARTWIG, E. M.; SPAREMBERGER, R. F. L.. **As Fake news Sobre As Eleições No Brasil De 2022.** In: NUNES, César Augusto R. (Org.). Temas de Direitos Humanos do VII CIDH Coimbra 2022. 1ed. Campinas-SP: Edições Brasil, 2022, v. 01, p. 214-228.

HOBBES, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil.** Tradução: João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

KALIL FILHO, M. DA V. **Fake news e Democracia: Contribuições da Semiótica Discursiva acerca da Verdade e da Informação na Internet.** Cadernos de Letras da UFF, v. 30, n. 59, p. 205-209, 21 dez. 2019

LEGALE, Siddharta. **A Corte Interamericana de Direitos Humanos como Tribunal Constitucional.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. 540p. ISBN 978-85-519-1393-2.

LEVITSKY, S; ZIBLAT, D. **Como as democracias morrem.** 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. 270 p. ISBN 978-85-378-1800-8.

LEVY, Pierre. **Cibercultura.** (Trad. Carlos Irineu da Costa). São Paulo: Editora 34, 2009. 272 p. ISBN 8573261269.

MARCOLLA, Fernanda Analú; STOLL, Sabrina Lehnen; ARRABAL, Alejandro K. **Democracia, governos populistas e a construção do discurso de ódio contra minorias.** In: GUILHERME, Willian Douglas. Política em foco: debate e embate. Curitiba: Bagai, 2023.

MARMELSTEIN, George. **Curso de direitos fundamentais.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2018. 551 p. ISBN 978-85-97-01495-2.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direitos Humanos na Jurisprudência Internacional: sentenças, opiniões consultivas, decisões e relatórios internacionais.** 1 ed. Rio de Janeiro: Forense, São Paulo: Metido, 2019. 889 p. ISBN 978-85-309-8416-8.

MELLO, Patrícia Campos. **A máquina do ódio. Notas de uma repórter sobre fake news e violência digital.** 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MENDES, Gilmar F.; BRANCO, Paulo Gustavo G. **Curso de direito constitucional.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. ISBN 9786553624474. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624474/>. Acesso em: 27 abr. 2024.

MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro. **Liberdade de Expressão e Discurso de Ódio.** 1 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009, p. 271. ISBN 978-85-203-3438-6

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional.** 29 ed. São Paulo: Atlas, 2013. 940 p. ISBN 978-85-224-7652-7.

MORAES, Alexandre de. **Direitos Fundamentais: Teoria geral: comentários aos art. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil: doutrina e jurisprudência.** 12 ed. São Paulo: Atlas, 2021. 440 p. ISBN 978859702679-5.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Confiança na mídia: responsabilidade civil por danos causados por Fake news.** In: ABOUD, Georges, et all (Coord.). *Fake news e Regulação*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters Brasil. 2021, p. 231-244.

NOHARA, Irene Patrícia. **Desafios da ciberdemocracia diante do fenômeno das Fake news: Regulação estatal em face dos perigos da desinformação.** In: RAIS, Diogo (Coord.). *Fake news: a conexão entre a desinformação e o direito*. 2 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters, Revista dos Tribunais. 2022, p. 101-122.

PAIVA, Caio; HEEMANN, Thimotie Aragon. **Jurisprudência Internacional de Direitos Humanos.** 3ª ed. Belo Horizonte: CEI, 2020. p. 820. ISBN 978-85-93614-13-2.

PEREIRA, Jane R. G. **Interpretação Constitucional e Direitos Fundamentais.** 2 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. 471 p.

PINHEIRO, Patricia Peck. **Direito Digital**. 7 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. 760 p. ISBN 978-65-5559-478-2.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 18 ed. rev. e atual. São Paulo: Saravia Educação, 2018. 751 p. ISBN 9788547229894.

PIOVESAN, Flavia; FACHIN, Melina Girardi; MAZZUOLI, Valério de Oliveira, *et. al.* **Comentários à Convenção Americana Sobre Direitos Humanos**. 1 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. 463 p. ISBN 978-85-309-8965-7.

RAIS, Diogo. **Fake news, Deepfakes e Eleições**. In: RAIS, Diogo (Coord.). *Fake news: a conexão entre a desinformação e o direito*. 2 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters, Revista dos Tribunais. 2020, p. 29-57.

ROSS, Clarissa Piterman. **Fake news e Democracia: Discutindo o status normativo do falso e a liberdade de expressão**. In: RAIS, Diogo (Coord.). *Fake news: a conexão entre a desinformação e o direito*. 2 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters, Revista dos Tribunais. 2020, p. 101-122.

SALEME, Edson R. **Direito constitucional**. 5. ed. Santana de Parnaíba/SP: Editora Manole, 2022. ISBN 9786555766370.

SARLET, Ingo W.; NETO, Arthur M. F. **Direito ao "esquecimento" na Sociedade da Informação**. 1 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2018. p. 240. ISBN 978-8595900578.

SARLET, Ingo Wolfgang, *et al.* **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012. 1263 p. ISBN 9788520343166.

SILVA, José Afonso da. **Comentário contextual à Constituição**. 6. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2009. 1027 p. ISBN 9788574209210.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 38 ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2015. 936 p. ISBN 9788539202745.

SILVA, Virgílio. A. **Direitos Fundamentais: conteúdo essencial, restrições e eficácia**. 4 ed. São Paulo: Malheiros, 2017. 279 p.

SOARES, Ingrid. **Bolsonaro: eu fui eleito em 1º turno, eu tenho provas materiais disso**. Correio Braziliense. 2021. Disponível em: [https://www.correobraziliense.com.br/politica/2021/06/4930103-bolsonaro-eu-fui-eleito-no-1-turno--eu-tenho-provas-materiais-disso.html#google\\_vignette](https://www.correobraziliense.com.br/politica/2021/06/4930103-bolsonaro-eu-fui-eleito-no-1-turno--eu-tenho-provas-materiais-disso.html#google_vignette). Acesso em: 30 abr. 2024.

SPAREMBERGER, Raquel. F. L.; BORGES, M. (Org.) **Sociedade da Informação e Fake Democracy: os riscos à liberdade de expressão e à Democracia Constitucional.** 01. ed. Andradina: Meraki, 2021. v. 1000. 372p.

SPAREMBERGER, Raquel. F. L.; CRESTANI, P. C. **A remoção de conteúdo, pelo Facebook, no contexto da pandemia da Covid-19: violação à liberdade de expressão dos usuários.** In: SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes; BORGES, Murilo. (Org.). **Sociedade da Informação e Fake Democracy: os riscos à liberdade de expressão e à Democracia Constitucional.** 1ed. Andradina PE: Meraki, 2021, v. 01, p. 25-49.

SPAREMBERGER, Raquel. F. L.; SILVA, A. C. E. S. **O Impacto das *Fake news* no Processo Eleitoral Brasileiro.** Revista Reflexão e Crítica do Direito, v. 9, p. 251-287, 2021.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional.** 16. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. 1216 p. ISBN 9788547227838.

TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito Digital e Processo Eletrônico.** 6 ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022, 808 p. ISBN: 978-65-5559-693-9.

TOFFOLI, José Antonio Dias. ***Fake news, desinformação e liberdade de expressão.*** In: ABOUD, Georges, et all (Coord.). *Fake news e Regulação.* 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters Brasil. 2021, p. 31-42.

VIANA, Rodrigo (org.). **Direitos políticos, liberdade de expressão e discurso de ódio.** Brasília: IBRADEP, 2022. 359 p.; ISBN: 978-85-93139-09-3.

YASCHA, Mounk. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 443 p.

Editor:  
Dr. Leonardo da Rocha de Souza

Editoras Executivas:  
Janine Miranda Weiner  
Júlia Mogk  
Martina Hering Ferreira  
Michelle Cechin da Silveira